

PESQUISA - FADIR

**A INSEGURANÇA ALIMENTAR EM POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO
MATO GROSSO DO SUL, BRASIL**

Nicolle Lopes Valadares (nicollelopesvaladares24@gmail.com)

Madalena Maria Schlindwein (madalenaschlindwein@ufgd.edu.br)

Camila Da Silva Serra Comineti (camila.serra@ufms.br)

Em um cenário de pós-pandemia, os países estão em um processo de recuperação e busca pelo retorno ao crescimento econômico. No entanto, a humanidade enfrenta um período crítico, especialmente no que se refere à segurança alimentar e aos indicadores de desenvolvimento sustentável. A crise sanitária global agravou as desigualdades já existentes, e algumas comunidades se tornaram ainda mais vulneráveis, necessitando de apoio para que possam trilhar um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável. Esse apoio é essencial para que essas populações possam se tornar agentes de mudança em suas próprias realidades. As comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas e indígenas, enfrentam desafios ainda maiores em comparação com outras populações. Essas comunidades convivem diariamente com desigualdade, vulnerabilidade social, insegurança alimentar e violência. Essas questões são agravadas pela falta de políticas públicas eficazes que atendam às suas necessidades específicas. O desenvolvimento sustentável nessas comunidades é um desafio que exige o conhecimento profundo de sua realidade e das iniciativas de desenvolvimento já existentes. Neste sentido, o objetivo central deste trabalho foi mensurar a segurança alimentar em comunidades tradicionais, com foco nas comunidades

quilombolas e indígenas no estado de Mato Grosso do Sul (MS). A metodologia adotada neste estudo foi de caráter exploratório e descritivo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental para levantar informações relevantes sobre o tema. Os dados sobre insegurança alimentar, consumo alimentar e estado nutricional dos PCTs foram coletados nas bases do IBGE e do SISVAN. Esses dados foram analisados em relação às políticas públicas brasileiras de combate à fome, estabelecendo uma conexão com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Os resultados deste estudo apontam que, no Brasil, o lançamento dos ODSs não impulsionou diretamente políticas públicas direcionadas à segurança alimentar dos povos e comunidades tradicionais (PCTs). Foram identificados cerca de 8 projetos legais desenvolvidos a partir de 2015 e voltados à diminuição dos índices da fome em âmbito nacional. Porém, as comunidades tradicionais de MS não foram beneficiadas de forma significativa por essas iniciativas. Apesar disso, observou-se uma tendência de aumento nas políticas públicas voltadas para o combate à fome, o que pode gerar uma melhora gradual na segurança alimentar das comunidades indígenas e quilombolas no país.

Agradecimentos: Agradecemos o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Palavras-chave: comunidades tradicionais; segurança alimentar; sustentabilidade.